

EXTRATO DE CONVÊNIO  
 PMMG/DF - CONVÊNIO Nº 299.4/2019. PARTES: PMMG e o Município de Araguari/MG. OBJETO: Apresentar Plano de Trabalho para o exercício de 2019, tendo a inclusão de emendas individuais na lei orçamentária nº 6.127, de 14/12/2018, destinados para melhorias e aquisições equipamentos e materiais permanentes para o Colégio Tiradentes/53BPM no município de Araguari/MG. VALOR: R\$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: de 1 ano a partir da publicação. ASSINATURA: 19/12/2019.

2 cm -19 1306172 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO.  
 PMMG - Batalhão ROTAM/CPE. 1º Termo Aditivo para prorrogação de vigência do contrato nº 9210432/2018, cujo objeto serviços de manutenção e reparos em baús de caminhões para transporte de semoventes do RCAT termo aditivo firmado entre o estado de Minas Gerais, por meio da PMMG, através do comando de policiamento especializado e a empresa real fúrgões Ltda.  
 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO  
 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 9210432/2018 por (sessenta) dias a partir do dia 01/01/2020 até 01/03/2020.  
 CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA  
 Alterar a Cláusula Quarta - Do Prazo de Entrega do serviço, passando a valer como prazo final o dia 01/03/2020 para conclusão dos serviços.

3 cm -19 1306191 - 1

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 9235468. PMMG-CTPM/BH X Daniela A. Prado Gomes Arquitetura e Gerenciamento Eireli, Objeto o acréscimo do quantitativo do objeto c/ alteração da cláusula 3º do preço valor. O valor do termo será R\$ 25.048,56, as demais Cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

2 cm -19 1306244 - 1

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES - IPISM**

RESUMO DE CONTRATOS, TERMOS ADITIVOS E RESCISÕES  
 Resumo dos contratos de prestação de serviços de assistência à saúde. Partes: O IPISM, por meio do Cel PM QOR Fabiano Villas Boas, Diretor de Saúde do IPISM, (delegação conforme disposto no art. 16, do Decreto Estadual nº 45.741, de 22/09/11 e Portaria 792/2019- DG/ IPISM), e prestadores de serviços de assistência à saúde nas regiões do Estado de Minas Gerais. Espécie: Contratação/credenciamento. Preço: Conforme Tabela do PAS (US de acordo com o procedimento) PMMGxCBMMGxIPISM. Pagamento: via SIMG, conforme faturas de serviços/bens fornecidos.  
 \*\* Dotação Orçamentária:  
 2121.10.302.001.4001-0001-3390.36.49.1; 2121.10.302.001.4001-0001-3390.36.60.1; 2121.10.302.001.4001-0001-3390.39.49.1; 2121.10.302.001.4001-0001-3390.39.60.1; 2121.10.302.001.4008-0001-3390.36.49.1; 2121.10.302.001.4008-0001-3390.39.60.1; 2121.10.302.001.4008-0001-3390.39.49.1; 2121.10.302.001.4008-0001-3390.39.60.1

3 cm -19 1306503 - 1

\*Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do IPISM, através dos contratados-credenciados: 7º RPM - Cont. nº 25/2019 - Rexcel Centro de Excelência em Imagens de Bom Despacho Ltda - Vigência: 25/11/2019 a 25/11/2020. 12º RPM - Cont. nº 12/2019 - Clínica Motta - Serviços de Saúde Ltda - Vigência: 02/12/2019 a 02/12/2020. Cont. nº 42/2019 - Laboratório Exmed Ltda - ME - Vigência: 29/11/2019 a 29/11/2020. 13º RPM - Cont. nº 16/2019 - Adriana Altomare Carvalho Ribeiro - Vigência: 11/11/2019 a 11/11/2020. Foro: Belo Horizonte. Data: 19/12/2019. Signatários: Cel PM QOR Fabiano Villas Boas e contratados-credenciados.  
 IPISM/MG

RESUMO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.  
 Partes: O IPISM, por meio do Cel BM QOR Cláudio Roberto de Souza, respondendo pelo Diretor de Saúde do IPISM, (delegação conforme disposto no art. 16, do Decreto Estadual nº 45.741, de 22/09/11 e Portaria 792/2019- DG/ IPISM), e prestadores de serviços de assistência à saúde nas regiões do Estado de Minas Gerais. Espécie: Contratação/credenciamento. Preço: Conforme Tabela do PAS (US de acordo com o procedimento) PMMGxCBMMGxIPISM. Pagamento: via SIMG, conforme faturas de serviços/bens fornecidos.  
 \*\* Dotação Orçamentária:  
 \*Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do IPISM, através dos contratados-credenciados: 4º RPM - Cont. nº 16/2019 - Clínica de Olhos Levate Ltda - Vigência: 09/12/2019 a 09/12/2020. 15º RPM - Cont. nº 23/2019 - Vagner Lucas - Vigência: 12/12/2019 a 12/12/2020. 17º RPM - Cont. nº 54/2019 - MN & D Magalu Medicina Nuclear Ltda - Vigência: 13/12/2019 a 13/12/2020. Foro: Belo Horizonte. Data: 19/12/2019. Signatários: Cel BM QOR Cláudio Roberto de Souza e contratados-credenciados.  
 IPISM/MG

RESUMO DOS TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.  
 Partes: O IPISM, por meio do Cel PM QOR Fabiano Villas Boas, Diretor de Saúde do IPISM, (delegação conforme disposto no art. 16, do Decreto Estadual nº 45.741, de 22/09/11 e Portaria 792/2019- DG/ IPISM), e prestadores de assistência à saúde nas regiões do Estado de Minas Gerais. Espécie: Contratação/credenciamento. Preço: Conforme Tabela do PAS (US de acordo com o procedimento) PMMGxCBMMGxIPISM. Pagamento: via SIMG, conforme faturas de serviços/bens fornecidos.

9 cm -19 1306506 - 1

**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EDITAL DE LEILÃO Nº 02017/2019 - CONSERVADOS / SUCATAS APROVEITÁVEIS  
 O ESTADO DE MINAS GERAIS, pelo Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, órgão integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso I, e art. 328, Caput, §§ 14 e 15, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e com o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623, de 6 de setembro de 2016, torna público que realizará LEILÃO, recebendo o Nº 02017/2019 - CONSERVADOS - SUCATAS APROVEITÁVEIS, de veículos nos pátios vinculados ao DETRAN-MG, presidido pelo Leiloeiro Administrativo JOSE THIAGO DA SILVA e demais Leiloeiros Administrativos, descritas na Portaria/Resolução nº 496, de 5 de Abril de 2018, que conduzirá a hasta pública, assistida pela Comissão de Leilão do DETRAN-MG, instituída pela Portaria nº 433, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 19 de Março de 2012, sendo o evento regido pelas normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações posteriores, no que couberem, para alienação, pela melhor oferta individual de cada bem, no estado em que se encontram, de acordo com as regras e disposições deste ato convocatório.

- 1 - Cláusula Primeira - Do Objeto do Leilão:
- 1.1 - Os objetos deste processo de leilão são veículos apreendidos e recolhidos em pátios, discriminados individualmente no anexo único deste Edital, onde, também, constará o valor de avaliação de cada um e a sua condição (se conservado ou sucata);
- 1.2 - No anexo único deste Edital será indicada a situação atual de cada veículo, especificando se o veículo é conservado ou sucata, objeto deste leilão;
- 1.3 - O veículo considerado CONSERVADO é aquele que se encontra em condição de segurança para trafegar, desde que o arrematante tome todas as providências necessárias, no prazo e forma exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/97), e resolução elencada no preâmbulo deste Edital, para colocá-lo novamente em circulação;
- 1.4 - O veículo considerado SUCATA é aquele que se encontra impossibilitado de voltar a circular ou cuja autenticidade de identificação ou legitimidade da propriedade não restar demonstrada, não tendo direito à documentação;
- 1.5 - Os veículos classificados como SUCATAS, incluídos neste leilão, são divididos em:
  - I - Sucatas aproveitáveis: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN;
  - II - Sucatas aproveitáveis com motor inservível: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo, registro VIN;
  - 1.6 - O veículo considerado SUCATA, não poderá voltar a circular, devendo ser baixado conforme estabelecido no subitem 11.5;
  - 1.7 - Os lotes de números 163 e 165 foram excluídos deste processo em razão de inconformidades apresentadas durante o levantamento dos bens a serem leiloados;
  - 1.8 - Os lotes de números 52, e 115, 124, 143, 148, 157, possuem blocos de motor inservível para uso na sua forma original devendo ser destruídos pelo arrematante; portanto são sucatas aproveitáveis com motor inservível, conforme descrito no subitem 1.5, II;
- 2 - Cláusula Segunda - Das Disposições Legais:
- 2.1 - A presente alienação visa dar cumprimento ao disposto na legislação vigente, em especial, o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/97, art. 328, Caput, §§ 14 e 15, e a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623/2016;
- 2.2 - Aplica-se no que couber, a Legislação pertinente à matéria: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações das Leis nº 8.883, de 8 de junho de 1994, e nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999; Lei Federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014; Decreto Federal nº 1.305, de 9 de novembro de 1994; Lei Estadual nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003; Decretos Estaduais nº 43.824, de 28 de junho de 2004, e nº 44.806, de 12 de maio de 2008; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito nº 179, de 7 de julho de 2005, e nº 623, de 6 de setembro de 2016.
- 3 - Cláusula Terceira - Do Lance Inicial:
- 3.1 - O lance inicial terá por base o valor mínimo avaliado e discriminado individualmente no anexo único deste Edital;
- 3.2 - Os interessados em condições de participação efetuarão lances, a partir do preço mínimo de avaliação constante no anexo único deste Edital, considerando vencedor o licitante que houver feito a maior oferta aceita pelo Leiloeiro, desde que satisfaça as condições estabelecidas nas Cláusulas constantes neste Edital;
- 3.3 - Somente serão aceitos lances presenciais;
- 3.4 - Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

8º RPM -  
 RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO.  
 \*\* Dotação Orçamentária:  
 \*Objeto: Constitui objeto do presente Termo aditivo excluir procedimentos ao contrato nº 521/2016 - Sociedade Beneficente São Camilo - Vigência: 01/09/2019. Data: 19/12/2019. Signatários: Cel PM QOR Fabiano Villas Boas e contratado-credenciado.

12º RPM -  
 RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO.  
 \*\* Dotação Orçamentária:  
 \*Objeto: Constitui objeto do presente Termo aditivo incluir Medicina Intensiva e Nefrologia ao contrato nº 07/2016 - Orto Lima Ltda - Vigência: 26/11/2019. Data: 19/12/2019. Signatários: Cel PM QOR Fabiano Villas Boas e contratado-credenciado.

17º RPM -  
 RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO.  
 \*\* Dotação Orçamentária:  
 \*Objeto: Constitui objeto do presente Termo aditivo alterar a Razão Social, Endereço e a Conta Bancária ao contrato nº 327/2015 - Campos Correa Cardiologia Ltda - Vigência: 04/12/2019. Data: 19/12/2019. Signatários: Cel PM QOR Fabiano Villas Boas e contratado-credenciado. IPISM/MG

RESUMO DAS RESCISÕES DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.  
 Partes: IPISM, por meio do Cel PM QOR Fabiano Villas Boas, Diretor de Saúde do IPISM, (delegação conforme disposto no art. 16, do Decreto Estadual nº 45.741, de 22/09/11 e Portaria 792/2019- DG/ IPISM), e prestadores de assistência à saúde nas regiões do Estado de Minas Gerais, a saber: 10º RPM - Cont. nº 03/2018 - Clínica Odontológica Costa e Carneiro Ltda - A partir de 19/07/2019. 12º RPM - Cont. nº 15/2017 - Empresa de Assistência Médica e Saúde em Geral Eireli - ME - A partir de 20/09/2019. Foro: Belo Horizonte. Data: 19/12/2019. Signatários: Cel PM QOR Fabiano Villas Boas e contratados-credenciados.

20 cm -19 1306500 - 1

RESUMO DE HABILITADO  
 O Cel BM QOR Cláudio Roberto de Souza, respondendo pelo Diretor de Saúde do IPISM, (delegação conforme disposto no art. 16, do Decreto Estadual nº 45.741, de 22/09/11 e Portaria 792/2019- DG/ IPISM), cumprindo o disposto no subitem 9.2 do Edital de Credenciamento nº 04/2019, divulga o prestador HABILITADO em credenciar-se no Sistema de Saúde da PMMG-CBMMG-IPISM no âmbito das regiões da Polícia Militar/MG. Data: 19/12/2019  
 17º RPM - 57º BPM - São Lourenço

Município	Interessado	Categoria
São Lourenço	André Rodrigues Vieira Serpa Cabizuca	Endodontia

RESUMO DE HABILITADOS  
 O Cel BM QOR Cláudio Roberto de Souza, respondendo pelo Diretor de Saúde do IPISM, (delegação conforme disposto no art. 16, do Decreto Estadual nº 45.741, de 22/09/11 e Portaria 792/2019- DG/ IPISM), cumprindo o disposto no subitem 9.2 do Edital de Credenciamento nº 05/2019, divulga os prestadores HABILITADOS em credenciar-se no Sistema de Saúde da PMMG-CBMMG-IPISM no âmbito das regiões da Polícia Militar/MG. Data: 19/12/2019  
 RMBH

Município	Interessado	Categoria
São José da Lapa	Centro Odontológico Integrado Eireli	Clínica Odontológica

6º RPM - 24º BPM - Varginha  

Município	Interessado	Categoria
Varginha	Ressoar Centro de Diagnóstico Por Imagem Ltda	Diagnóstico Por Imagem

7º RPM - Divinópolis  

Município	Interessado	Categoria
Divinópolis	Clínica de Otorrino Sociedade Simples	Clínica Médica
Santo Antônio do Monte	Digital Face Radiologia e Tomografia Ltda	Imagiologia Odontológica

11º RPM - Montes Claros  

Município	Interessado	Categoria
Coração de Jesus	Fama DSG Ltda	Farmácia de Comércio Varejista

18º RPM - 18ª Cia PM Ind - Alfenas  

Município	Interessado	Categoria
Alfenas	Plenamente Clínica de Psicologia Ltda	Serviços de Psicologia

4 - Cláusula Quarta - Da Data, Horário, Local e Visita:  
 4.1 - O LEILÃO será realizado no(a) CLUBE - ASSOCIACAO ATLETICA FERROVIARIA, situado(a) na Rua Samuel Gammon, 142 - Clube - Bairro Centro, Lavras - MG, no(s) dia(s) 18 de Janeiro de 2020, com início dos trabalhos marcados para as 09:00 horas, conforme disposto abaixo:
 

- 1 - no dia 18 de Janeiro de 2020, será(ão) colocado(s) a venda e o(s) veículo(s) recolhido(s) no pátio denominado AUTO SOCORRO ESTRELA VEÍCULOS, compreendendo os lotes de número 1 ao de número 166;
- 4.2 - A VISITA ao pátio PARA INSPEÇÃO VISUAL dos veículos poderá ser feita pelos interessados no(s) dia(s) 10 a 16 de Janeiro de 2020, no horário de 08:30 às 17:30 horas, em seu respectivo endereço, a saber:
  - 1 - AUTO SOCORRO ESTRELA VEÍCULOS - SANTA CRUZ, situado no(a) Rod BR 265, nº S/N - KM 342 - FIRMA, Bairro Santa Cruz, Lavras-MG;
  - 4.3 - É assegurado a todo interessado o direito de inspecionar, visualmente, todos os veículos automotores, nos dias e horários indicados na Cláusula Quarta, subitem 4.2, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.

5 - Cláusula Quinta - Do Leiloeiro:  
 5.1 - A Hasta Pública (Leilão Público) será conduzida e levada a efeito pelo Leiloeiro Administrativo, JOSE THIAGO DA SILVA, matriculado sob o número 1427356, conforme o disposto no preâmbulo deste Edital, que se incumbirá de desenvolver o procedimento, nos dias, horários e locais, conforme preconizado neste Edital.

6 - Cláusula Sexta - Das Condições De Participação:  
 6.1 - Poderá participar desta licitação de veículo considerado CONSERVADO, qualquer pessoa física maior de 18 (dezoito) anos ou emancipada, ou pessoa jurídica, exceto as pessoas citadas na Cláusula Décima Sexta, subitem 16.2;  
 6.2 - Poderá participar do leilão de veículo considerado SUCATA, somente as pessoas jurídicas cujo objeto social seja a desmontagem de veículos automotores e estejam devidamente credenciadas junto ao DETRAN-MG, condição que será verificada pela Comissão de Leilão local mediante apresentação da respectiva Certidão de Credenciamento.

7 - Cláusula Sétima - Dos Procedimentos do Leilão:  
 7.1 - O leilão será realizado por Leiloeiro Administrativo do DETRAN-MG procedendo-se na forma da legislação pertinente, com acompanhamento da Comissão de Leilão do DETRAN-MG;  
 7.2 - Nos locais, horários e dias aprazados, o(a) Leiloeiro(a) Administrativo(a) dará início aos trabalhos, procedendo-se ao pregão, obedecida a ordem dos veículos ou dos lotes de veículos especificados no ANEXO ÚNICO deste Edital, para se aferir a melhor oferta, tomando-se por base o valor da avaliação;

7.3 - Com o objetivo de tornar mais célere o procedimento, o(a) Leiloeiro(a) Administrativo (a) poderá alterar a ordem dos veículos ou dos lotes de veículos especificados no ANEXO ÚNICO deste Edital;  
 7.4 - Os intervalos dos lances serão definidos pelo Leiloeiro Administrativo;  
 7.5 - A simples oferta de lance implica na aceitação expressa pelo ofertante de todas as normas estabelecidas neste Edital, nas condições de venda e pagamento do leilão;  
 7.6 - Após o pagamento do preço ofertado, o DETRAN-MG emitirá a Nota de Arrematação correspondente;  
 7.7 - A presente licitação transferirá o domínio e a posse dos veículos automotores relacionados no anexo único, livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, exceto DPVAT, no estado de conservação em que se encontram, não cabendo, em nenhuma hipótese, ao Estado de Minas Gerais qualquer responsabilidade quanto à conservação ou reparo dos mesmos;  
 7.8 - Encerrado o leilão, será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão os bens vendidos, bem como a correspondente identificação dos Arrematantes e os trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes;  
 7.9 - A ata será assinada pelo Presidente da Comissão de Leilão e pelo Leiloeiro Administrativo.

8 - Cláusula Oitava - Do Pagamento:  
 8.1 - O recolhimento do pagamento será feito pelo Arrematante, em até 3 (três) dias úteis, após o arremate do lote, através de Documento de Arrecadação Estadual - DAE, da Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais - SEF, em qualquer banco conveniado com o Estado de Minas Gerais;  
 8.2 - Todos os pagamentos efetuados somente serão considerados quando o valor estiver efetivamente transferido para a Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais.

9 - Cláusula Nona - Das Obrigações:  
 9.1 - O licitante, ao arrematar um lote de bem CONSERVADO, deverá apresentar o documento de identidade ao anotador para emissão do Documento de Arrecadação Estadual (DAE);  
 9.2 - O Arrematante de SUCATA deverá apresentar o documento de identidade e o documento de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;  
 9.3 - O Arrematante que não comparecer à mesa, no prazo de 15 minutos, ou que não apresentar os documentos indicados nos subitens 9.1 e 9.2, ambos desta Cláusula, ou, ainda, que não efetuar os pagamentos devidos em consonância com as exigências contidas nos subitens 8.1, 8.2, 10.3, 10.4 e 10.9, além de perder o direito ao bem ou ao lote de bens, também sujeitar-se-á às penalidades previstas nos art. 87 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993;

9.4 - Caberá ao Arrematante, nos termos da legislação de trânsito vigente, na hipótese de se tratar de veículo CONSERVADO, que poderá voltar a circular, promover a sua transferência no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da Carta de Arrematação, e atendidas às demais exigências legais (art. 123, do CTB - Lei Federal nº 9.503/97), exceto nos casos em que a extrapolação do prazo se der pela mora na desvinculação das restrições à transferência existentes antes da data do leilão, hipótese em que o prazo supracitado passará a contar da data da desvinculação da última restrição, situação que deverá ser verificada pela respectiva autoridade policial no ato da transferência.  
 9.5 - O Arrematante é responsável pela utilização e destino final dos bens objetos deste leilão e demais resíduos gerados, e responderá, civil e criminalmente, pelo uso ou destinação em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital;  
 9.6 - É proibido ao Arrematante ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar os bens arrematados, antes da confecção da Nota de Arrematação e da retirada dos bens.

10 - Cláusula Décima - Da Arrematação:  
 10.1 - Será considerada Arrematante a pessoa natural ou jurídica, que oferecer pelo veículo ou pelo lote de veículos o lance de maior valor;  
 10.2 - O Arrematante deverá procurar a Comissão de Leilão da 1ª DEL. REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE LAVRAS, com sede no(a) BR 265, nº 215, Serra Verde, Lavras - MG, para a emissão da Nota de Arrematação, após o pagamento do Documento de Arrecadação Estadual - DAE;  
 10.3 - Após o pagamento do preço ofertado, o DETRAN-MG emitirá a Nota de Arrematação correspondente, na qual deverá constar:
 

- I - Se pessoa natural, o nome completo do Arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal - CEP;
- II - Se pessoa jurídica, a razão social da empresa Arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal - CEP;
- III - Termo de ciência e responsabilidade assinado pelo Arrematante, de que o bloco do motor dos lotes números: 52, 115, 124, 143, 148 E 157, são inservíveis para uso na sua forma original, devendo ser destruídos pelo Arrematante;
- 10.4 - No momento da emissão do DAE - Documento de Arrecadação Estadual, o qual será utilizado para o(s) pagamento(s) devidos pelo Arrematante, indicado(s) nos subitens 8.1 e 8.2, deverá(ão) ser efetuado(s) mediante a prévia apresentação dos seguintes documentos:
  - I - Sendo pessoa natural: Carteira de Identidade, prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e comprovante de endereço;
  - II - Sendo pessoa jurídica: registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; comprovante de endereço;
  - 10.5 - Os documentos acima indicados poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que devidamente autenticadas por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda em original acompanhados de cópia para autenticação pelo Leiloeiro Administrativo;
  - 10.6 - O documento disponibilizado pela internet somente será aceito após a confirmação pela Secretaria de Estado da Fazenda - MG, que ocorrerá on-line e conferências dos dados constantes do documento apresentado;
  - 10.7 - O leilão será realizado no local estabelecido na Cláusula Quarta deste ato convocatório (CLUBE - ASSOCIACAO ATLETICA FERROVIARIA), pelo Leiloeiro Administrativo, com a lavratura da ata, da qual devem constar o valor pelo qual cada um dos bens ou lotes de bens foi arrematado, o nome do licitante vencedor e sua qualificação completa, além de todas as principais ocorrências do leilão (fatos relevantes);
  - 10.8 - O Leiloeiro Administrativo, nos termos do artigo 27, do Decreto Lei nº 21.891, de 19 de outubro de 1932, apresentará, em até 5 (cinco) dias úteis depois da realização dos respectivos pregões, relatório circunstanciado (a conta) ao Presidente da Comissão de Leilão, o qual, verificado sua regularidade e aspectos legais, o submeterá à apreciação do(a) Diretor(a) do DETRAN-MG;
  - 10.9 - O bem ou lote de bens não arrematados, em virtude do descumprimento pelo Arrematante de qualquer das exigências constantes deste ato convocatório, sobretudo as indicadas no subitem 9.3, desta Cláusula, será devolvido ao acervo para ser novamente apreendido pelo Leiloeiro Administrativo, no mesmo evento, imediatamente após o pregão do último bem ou lote de bens constante do ANEXO ÚNICO deste Edital.

11 - Cláusula Décima Primeira - Da Entrega, Transferência e Baixa dos Veículos:  
 11.1 - A Nota de Arrematação somente será entregue após o pagamento integral do preço do bem ou do lote de bens, conforme estabelecido no subitem 8.1;

11.2 - Da Nota de Arrematação, deverão constar as características completas do bem ou do lote de bem arrematado (a marca e o modelo, a placa, o ano do modelo e o ano de fabricação, a cor do veículo, o código do RENAVAL e os números do chassi), a situação do bem ou do lote de bens (veículo conservado ou sucata), a identificação do Arrematante (se pessoa natural, o nome completo do Arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o CEP), o valor da arrematação;  
 11.3 - O Arrematante do veículo CONSERVADO receberá no Setor de Leilão da 1ª DEL. REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE LAVRAS, com sede no(a) BR 265, nº 215, Serra Verde, Lavras - MG, o Alvará de Liberação, a Nota de Arrematação e a Carta de Arrematação, na(s) seguinte(s) data(s): 1 - no dia 18 de Fevereiro de 2020, o(s) veículo(s) compreendido(s) dos lotes de número 1 ao de número 166.  
 11.4 - Em se tratando de veículo considerado SUCATA, baixado conforme o subitem 11.5, em razão da necessidade de tempo suficiente para a retirada de placas, corte de chassi e a própria baixa no banco de dados com a emissão do documento próprio, o Alvará de Liberação, a Nota de Arrematação e a Certidão de Baixa, serão entregues aos Arrematantes no Setor de Leilão do 1ª DEL. REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE LAVRAS, na(s) seguinte(s) data(s):  
 1 - no dia 18 de Fevereiro de 2020, o(s) veículo(s) compreendido(s) dos lotes de número 1 ao de número 166.  
 11.5 - Na hipótese de se tratar de SUCATA que não poderá voltar a circular, a BAIXA, será providenciada pela Autoridade Policial, Presidente da Comissão de Leilão, nos termos do Decreto Federal nº 1.305, de 9 de novembro de 1.994, e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, nº 179, de 7 de julho de 2005, e nº 623, de 6 de setembro de 2016.

12 - Cláusula Décima Segunda - Da Retirada Dos Bens:  
 12.1 - Os bens estarão disponíveis a partir de 18/02/2012, mediante comprovação do pagamento, através de Documento de Arrecadação Estadual-DAE, e deverão ser retirados o mais breve possível, conforme cronograma a ser acordado pelas partes;  
 12.2 - O Arrematante terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da data da emissão do Alvará de Liberação para retirar o bem, ou o lote de bens, do pátio onde se encontra, sob pena de sujeitar-se ao pagamento de diárias referentes aos dias subsequentes.

13 - Cláusula Décima Terceira - Das Penalidades:  
 13.1 - O Arrematante que deixar de efetuar o pagamento de acordo com a Cláusula Oitava - Do Pagamento - subitem 8.1, ficará sujeito à penalidade de suspensão do direito de participar de LEILÕES realizados pelo DETRAN-MG, conforme dispõe o artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
 13.2 - Não cumprido o prazo estabelecido no subitem 8.1, da Cláusula Oitava, a título de Cláusula Penal, o Arrematante pagará, em favor do Estado, 20% (vinte por cento) de multa sobre o valor em atraso, podendo, ainda, acarretar na sua desclassificação do certame com a consequente perda do material arrematado não pago e recolhido, conforme disposições do art. 408 e seguintes do Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);  
 13.3 - A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;  
 13.4 - O descumprimento da Cláusula Nona - Das Obrigações - implicará na aplicação das sanções previstas no art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, garantido o contraditório e a ampla defesa;  
 13.5 - A aplicação de sanções não exime o Arrematante da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha causar ao Estado;  
 13.6 - Decorrido o prazo de 30 dias, contados da data de entrega da documentação prevista no subitem 11.3, sem que o arrematante tenha providenciado a retirada do bem ou do lote de bens do pátio, o Arrematante será considerado desistente e perderá, em favor do Estado de Minas Gerais, o valor integral pago pela arrematação, bem como o direito à adjudicação do bem ou do lote de bens arrematados, que permanecerá sob a custódia do Estado de Minas Gerais para ser leiloado em outra oportunidade.

14 - Cláusula Décima Quarta - Dos Recursos:  
 14.1 - Dos atos praticados pela Administração caberão os recursos que se mostrarem pertinentes, na forma, prazo e demais condições constantes do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os quais deverão ser interpostos perante a autoridade que praticou o ato recorrido, com vista à sua apreciação de acordo com a legislação regedora da espécie;  
 14.2 - O recurso deverá ser interposto por escrito e entregue no Protocolo da 1ª DEL. REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE LAVRAS, com sede na BR 265, nº 215, Serra Verde, Lavras - MG, no horário de 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

15 - Cláusula Décima Quinta - Da Rescisão:  
 15.1 - Ocorrendo força maior ou caso fortuito, durante o interregno que medie a data da realização do leilão e o prazo acordado para a retirada dos bens, que imponha a entrega dos bens arrematados, resolve-se a obrigação no estado em que se encontram, salvo acordo entre as partes;  
 15.2 - Até a data da retirada dos bens arrematados, o DETRAN-MG poderá, no interesse público, quer de ofício, quer mediante provocação de terceiros, revogar, parcial ou totalmente, o leilão, devendo, no caso de ilegalidade, anulá-lo no todo. Em qualquer das hipóteses, o fará em despacho fundamentado, assegurando o contraditório e a ampla defesa, devolvendo aos adquirentes os valores pagos pela arrematação.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3201912192223210147.